

SERÁ O CONTEÚDO SEMÂNTICO DE UMA ELOCUÇÃO DETERMINADO PELO CONTEXTO EM QUE PODE SER PROFERIDA?

«Uma coisa estranha, a proposição!». Aqui se vê já como a teoria vai tender para o sublime, para pressupor um meio intermédio puro entre o *sinal* proposicional e os factos. Ou até uma tendência para querer purificar, sublimar o próprio sinal proposicional. – Porque as nossas formas de expressão, ao levarem-nos a caçar quimeras, impedem-nos de muitas maneiras, de ver que as coisas habituais também funcionam.»¹

L. WITTGENSTEIN, PU §94.

«Uma tese importante sobre as proposições a que ele [Wittgenstein] se opunha era uma que expressava como a ideia de que uma proposição é uma espécie de “sombra” mediadora entre a expressão que usamos para a asseverar e o facto (se existe algum) que a “verifica”. [...] Defendia que essa era uma tentativa para distinguir *proposição* de *frase*. Afirmou que, segundo esta tese, a suposta “sombra” é algo “semelhante” ao facto que a verifica e, nessa medida, diferente da expressão que a expressa, que não é “semelhante” ao facto em questão; e disse ainda que, mesmo que existisse, essa “sombra” “não nos aproximaria do facto”, uma vez que “*seria susceptível de interpretações diferentes*, tal como a expressão”. Afirmou: “Não se pode postular uma figura que não possa ser mal interpretada” e “Nenhuma *interpolação* entre um signo e o seu preenchimento se desembaraça do signo”». ²

G.E. MOORE, *Wittgenstein's Lectures, 1930-33*.

1. SERÃO AS PROPOSIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DETERMINAR O CONTEÚDO SEMÂNTICO DAS FRASES?

A resposta que este ensaio procura obter para a questão **1.** tem como ponto de partida uma dúvida teórica sobre a viabilidade teórica da própria noção de *proposição*. Tal implica que, antes de averiguarmos se o conteúdo semântico da elocução de

¹ WITTGENSTEIN, L. PU §94: «Der Satz, ein merkwürdiges Ding»: darin liegt schon die Sublimierung der ganzen Darstellung. Die Tendenz, ein reines Mittelwesen anzunehmen zwischen dem Satzzeichen und den Tatsachen. Oder auch, das Satzzeichen selber reinigen, sublimieren, zu woollen. – Denn, dass es mit gewöhnlichen Dingen zugeht, das zu sehen, verhindern uns auf mannigfache Weise unsere Ausdrucksformen, indem sie uns auf die Jagd nach Chimären schicken».

² G.E. MOORE. “Wittgenstein's Lectures in 1930-33”, in Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Occasions, 1912-1951*, ed. J. Klagge and A. Nordmann (Indianapolis: Hackett, 1993), p.59.

uma mesma frase (i.e., *aquilo que é dito* num acto ilocutório desta última) varia entre diferentes contextos de elocução, teremos de saber se aquilo que corresponde ao dito conteúdo semântico é ou não uma *proposição*.

As citações acima facultam um entendimento de *proposição* que já implica uma *dimensão crítica*. As ideias de “sombra” ou de “meio intermédio puro” entre o sinal proposicional e os factos” estão, neste ponto de evolução do pensamento de Wittgenstein, conotadas, por um lado, com uma desconstrução retrospectiva do seu enfoque teórico para esta questão no *Tractatus*³ e, por outro, com uma crítica à noção de *Gedanken* de Frege, referência correspondente ao pensamento expresso por uma frase declarativa.

À diferença das *frases*, entidades linguísticas com características empíricas, e das *elocuições*, usos particulares das frases por falantes competentes de uma linguagem, enquadrados espacio-temporalmente, as *proposições* corresponderiam, no jargão terminológico de linguistas e filósofos da linguagem, a essas entidades abstractas, insusceptíveis de materialização (nalguma língua específica, por exemplo), correspondentes ao *pensamento específico* expresso por frases ou elocuições de frases e susceptíveis de terem um valor de verdade.

O debate, na filosofia da linguagem contemporânea, em torno da questão da plausibilidade ou implausibilidade teórica da *existência* (ou postulação) de *proposições*, é bem conhecido. Tem na tese da *indeterminação da tradução* de Quine um dos seus expoentes máximos mas, numa abordagem não sistematizada num contra-exemplo determinante, tem no pensamento do “último Wittgenstein” um importante demolidor. A aproximação entre a noção (filosófica) de *proposição* e a ideia de “sombra” revela aspectos de simetria interessantes. Vejamos. Para Wittgenstein, que a *proposição* seja ilustrada como uma *sombra* significa que há algo de que ela é sombra: justamente o facto – se existe algum – cuja configuração representa. E, tal como a *frase* que a instancia no discurso (ou, de acordo com PU, §94, “o sinal proposicional”), a *proposição* *representa* as coisas de uma determinada maneira. Uma nota característica de uma sombra é, justamente, a inseparabilidade constitutiva do corpo de que é sombra. Ora, o carácter de sombra da *proposição* faz com que ela seja verificada – ou falsificada – exactamente pelos mesmos factos que a frase que é utilizada para a representar. E que, portanto, as condições em que *frase* e *proposição* (ou pensamento) correspondente são verificadas pelos factos – portanto, em que a frase expressa uma *proposição verdadeira* – são precisamente as mesmas. O mesmo é válido para os casos de falsificação. (Repare-se como se destaca aqui um aspecto de “duplicação”, provavelmente desnecessário).

As *proposições* cumpririam, portanto, uma função *representativa* – como as próprias frases, mas numa espécie de “duplicado” destas. Funcionariam como *intermediários* entre os factos de que seriam sombra e as expressões utilizadas para as asseverar.

Se esta fosse a maneira legítima de atribuir conteúdo semântico às frases da linguagem ou às elocuições particulares daquelas, então, não apenas o conteúdo semântico constituiria *uma forma de representação*, como também uma maneira específica de associar uma *expressão linguística* que representa um facto ou conjunto de factos de uma dada maneira com uma entidade abstracta indissociável daquela, mas que decalca essa mesma forma de representação.

³ P.ex.: TLF, 3: «A imagem lógica dos factos é o pensamento»; *idem*, 3.2: «Na *proposição*, o pensamento pode ser de tal modo expresso, que aos objectos do pensamento correspondem os elementos do sinal proposicional».

Por outro lado, se continuamos a seguir a simetria estabelecida por Wittgenstein entre a ideia de “sombra” e a noção de “proposição”, depararemos com um outro aspecto deste vínculo representativo entre frases (e elocuições de frases) e proposições ou pensamentos que se revelará determinante para uma resposta à questão orientadora deste ensaio. A semelhança ou correspondência representacional entre uma *sombra* e o *facto* que a verifica assenta no seguinte princípio: *como quer que o mundo possa ser*, quaisquer que sejam os factos que o compõem, a identificação *invariante* dos mesmos por uma sombra representativa *não depende de nenhum factor*. Portanto, também não repousa sobre nenhum critério. Que uma sombra seja verdadeira de um determinado facto, é algo inerente a ser a sombra que é.

A correspondência entre uma sombra e o facto que a verifica alia a *inseparabilidade* da projecção corpo-sombra e a *impossibilidade* de que diferentes factos correspondam a uma mesma sombra (ou o converso). A mediação que uma sombra estabelece entre a *expressão* que utilizamos para a asseverar e o facto que, possivelmente, a verifica, determina a *impermeabilidade* a interpretações ou “entendimentos” para a dita expressão (frase ou elocução de frase), uma vez que a *expressão* mais não seria do que uma espécie de mandatário [*Stellvertreter*] empírico comunicável da própria sombra e o papel daquela na determinação do seu próprio conteúdo semântico não se poderia autonomizar da ligação inextricável com a correspondente sombra. Como a ligação de uma sombra ao facto que a verifica constituiria um fenómeno rígido e definitório das suas características peculiares, o uso de uma *expressão linguística* para enunciar esse fenómeno cumpriria uma função pouco mais do que residual.

2. CONTEXTUALISMO E ANTI-CONTEXTUALISMO: PRINCIPAL DIVERGÊNCIA TEÓRICA.

A questão axial do debate teórico entre *contextualismo* e *anti-contextualismo* na filosofia da linguagem é a de averiguar *se* ou *até que ponto estaremos legitimados a conceber o conteúdo semântico de frases ou elocuições de frases das línguas naturais, como um tipo de conteúdo para condições de verdade* (como quer que estas sejam definidas: como “conteúdo proposicional”, como a propriedade da frase “dizer algo”, de “expressar um pensamento” ou uma proposição). Esta questão adquire uma espécie de “significado por contraste”.

Comparadas com as linguagens formais – com a lógica de predicados, por exemplo –, em que uma *interpretação* é fixada (dado um léxico base) para um domínio de objectos, um conjunto de predicados, e em que há inferências válidas que se podem fazer, dadas regras de cálculo para operar com as constantes lógicas e os quantificadores, sem que tenhamos de atribuir outros valores às fórmulas da nossa linguagem que não V/F (pelo menos, no modelo clássico), as frases (não fórmulas) ou elocuições de frases das línguas naturais, *só dizem algo definido* (e teremos que ter em linha de conta que o seu principal objectivo é *comunicar* e não calcular) *relativamente a um contexto* de elocução particular.

O significado linguístico que é atribuído às *frases* das línguas naturais por recurso a regras meramente semânticas não seria suficiente para as tornar semanticamente auto-suficientes, já que este mecanismo de atribuição de valor semântico pode comportar, por exemplo, variáveis livres⁴, identificáveis na forma lógica das frases, que teriam de ser preenchidas de acordo com cada contexto de elocução das mesmas.

⁴ Estas variáveis são chamadas por alguns autores de “variáveis indexicais”, cujo valor (ou conteúdo) é fixado – mediante regras de interpretação semântica – de contexto para contexto. De acordo

Vejamos uma frase que tenha uma expressão *indexical*:

A. *Eu vou ao cinema de carro.*

Mesmo mantendo fixo o tempo verbal, não podemos dizer que esta frase é verdadeira sse eu vou ao cinema de carro. “Eu” é uma expressão indexical e, de acordo com a teoria de David Kaplan⁵, tem um *carácter* (ou significado linguístico, que é invariável) e, dado um *contexto* de elocução, determina um *conteúdo* para esse mesmo contexto. Ainda de acordo com este modelo explicativo para as expressões indexicais, o *conteúdo* de uma frase ou elocução declarativas (com expressões indexicais), num *contexto* C, é uma proposição singular, em que o referente do termo indexical é fixado *directamente* e não através da mediação de um *Sinn*. Para Kaplan, o *carácter* de uma expressão indexical é concebido como uma *função* (em sentido matemático) de *contexto* para *conteúdo*. Os *contextos* são énuclas de variáveis (p.ex.: “o agente do contexto”, “o tempo do contexto”, “o local do contexto”, “o mundo do contexto”, etc.), cuja componente linguística constitui um parâmetro para a determinação da *regra* semântica correspondente a cada expressão indexical. A regra semântica para o indexical “Eu”, por exemplo, é basicamente a seguinte: «*Quando x usa “Eu” em contextos determinados, “Eu” refere-se a x em todas as circunstâncias*^{6,7}».

Esta é uma teoria semântica muito técnica sobre as expressões indexicais, expressões cuja sensibilidade contextual propriamente dita não é habitualmente motivo de controvérsia (constituirá motivo de disputa a diferença entre modelos exegéticos para a fixação do valor semântico dos indexicais ou sobre problemas teóricos adjacentes a que a proposta – tornada modelar – de David Kaplan pode ou não responder. Harry Deutsh, por exemplo, é um crítico do modelo kaplaniano).

Porém, não é a identificação ou critério de selecção das expressões indexicais que constitui o núcleo de discordância entre contextualistas e anti-contextualistas. Pela simples razão de que *a existência deste conjunto de expressões que apresentam uma manifesta sensibilidade contextual*⁸ e cuja estipulação de fórmulas interpretativas que determinam o respectivo conteúdo de contexto para contexto deveria ser uma incumbência das regras semânticas para as expressões indexicais, *não é o que suscita controvérsia* nem constitui, portanto, o cerne do debate.

com um conjunto de parâmetros que tipificam as próprias expressões indexicais, o valor semântico de qualquer frase ou elocução de que aquelas sejam parte, dentro de uma teoria que incorpore uma resposta ao problema dos indexicais, é formalmente ponderado com base numa soma de índices contextuais e o *conteúdo* de cada instanciação de uma mesma frase é o resultado de um cálculo sobre estes índices e o preenchimento particular das variáveis livres a que correspondem na própria frase. Trataremos este aspecto com mais detalhes adiante neste trabalho.

⁵ KAPLAN, D. (1989) “Demonstratives”, in *Themes from Kaplan*, ed. J. Almog, J. Perry and H.K.Wettstein, Oxford, Oxford University Press.

⁶ Kaplan distingue “*contextos*” (que já vimos como são indexados) de “*circunstâncias*”, que constituiriam índices de interpretação mais amplos – quer dizer, utilizados, tal como os contextos, para avaliar o conteúdo de um indexical num contexto de elocução, mas sem destacar características específicas de uma elocução determinada – como *w* (mundo possível) e *t* (tempo). Por esta razão, defende a teoria que as regras semânticas para estas expressões seriam “duplamente indexadas” [*double-indexed*].

⁷ Esta teoria foi aprofundada e ampliada terminologicamente por John Perry, pelo que recorrentemente se lhe chama KPT [*Kaplan-Perry Theory*].

⁸ Cappellen e Lepore, em *Insensitive Semantics*, chamaram-lhe “Basic Set”.

O principal diferendo entre as duas posições radica em que *os contextualistas* – sobretudo aqueles que defendem posições teóricas mais radicais e, como Charles Travis, John Searle ou outros autores que, influenciados ou não pela ideia wittgensteiniana que analisámos no ponto 1., pretendem abolir a noção de “proposição” – argumentam que *as frases (ou elocuições de frases) das línguas naturais são essencialmente sensíveis ao contexto*⁹ e que, por isso, *não têm condições de verdade determinadas. Entre os autores que defendem diferentes abordagens teóricas e esquemas argumentativos de legitimação de TP, também não existe unanimidade, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto de vista do conteúdo argumentativo* derivado de TP (que, no fundo, constitui os elementos de cada proposta teórica e justifica diferentes nomenclaturas. Há autores que denominam as suas *Teorias da Relevância*¹⁰, outros que falam de uma proposta neo-wittgensteiniana, o próprio Charles Travis adoptou, nos seus trabalhos mais recentes, o termo “ocasionalismo”¹¹ (TRAVIS, 2008) ou, uma vez lançado o debate, pura e simplesmente é defendida a tese *contextualista* das várias formas de anti-contextualismo ou semântica vero-condicional¹²).

Partindo – explicitamente ou não – de TP, as justificações de uma *posição contextualista*¹³ na filosofia da linguagem poderão apelar para algum dos seguintes princípios explicativos:

a) Nenhuma frase (ou elocução de frase) *F* numa língua natural como o português expressa uma proposição. Qualquer valor semântico que seja atribuível a *F* não constituirá mais do que um *fragmento proposicional*, cujo traço definitório é *nunca determinar um conjunto de condições de verdade* (na medida em que, no máximo, expressa uma proposição incompleta¹⁴) e, por essa razão, não se lhe poder atribuir um valor de verdade.

b) A sensibilidade ao contexto é “ubíqua”, da seguinte forma: nenhum critério de expansão do “conjunto básico” de expressões comumente definidas como sensíveis ao contexto por linguistas e filósofos da linguagem, investigadas como “elementos destacáveis” dentro de uma língua natural e tecnicamente “desembaraçadas” da respectiva sensibilidade contextual por uma regra linguística de interpretação que lhes fixa o valor semântico de contexto para contexto (estamos, claro, a referir-nos às expressões *indexicais*) pode resgatar a possibilidade de uma semântica vero-condicional, na medida em que essa expansão e a aplicação das referidas técnicas de interpretação descontextualizadora continuará a ser insuficiente face a TP. Quer dizer, por mais que se inflacione o conjunto de expressões linguísticas cujo valor semântico se considere sensível aos contextos de uso – tentando fixá-lo de acordo com um critério mais abran-

⁹ Doravante chamaremos a esta posição, por ser transversal a diferentes propostas de contextualismo para a interpretação das línguas naturais, TP [Tese Principal].

¹⁰ Como SPERBER E WILSON ou François RÉCANATI.

¹¹ Definiremos com maior rigor, demarcando-a de outras, esta posição, no último ponto deste trabalho.

¹² Vide, EMA BORG (2008).

¹³ Com base nas ressalvas feitas acima, entenda-se agora este termo num sentido tal que englobe todos os particularismos teóricos a que aludimos.

¹⁴ Este é o tipo de estratégia argumentativa utilizada por John Perry, por exemplo, ao apelar para o que chama os “constituintes proposicionais não-articulados”.

gente –, isso nunca será suficiente para *extirpar* a constitutiva sensibilidade contextual de frases e elocuições de frases nas línguas naturais.¹⁵

c) Só uma *elocução* de uma frase S pode, de um ponto de vista semântico, expressar uma *proposição completa*, portanto, ter condições de verdade (ou um conjunto de condições de verdade) e, assim, um valor de verdade.¹⁶

Os **anti-contextualistas**, por seu turno, defendem que o tipo de diferença supra-mencionada entre linguagens formais e as línguas naturais pode ser reduzida (teoricamente) por um processo de abstracção, que se basearia no pressuposto de que *para toda e qualquer elocução que se possa fazer de uma frase com elementos sensíveis ao contexto, usada num determinado contexto linguístico, existiria uma frase eterna correspondente que poderia ser usada para fazer toda e qualquer elocução dessa mesma frase em qualquer contexto*. Transformar uma *frase* (ou *elocução*) com *elementos sensíveis ao contexto* numa *frase eterna* corresponderia a um processo de substituição de todos os constituintes indexicais naquela por constituintes não-indexicais com o mesmo valor semântico na correspondente frase eterna. (Subentende-se que este tipo de posição anti-contextualista só pode propor este modelo de des-contextualização das frases ou elocuições de frases das línguas naturais na medida em que defender que os únicos constituintes linguísticos que tornam a interpretação semântica das mesmas sensível ao contexto de elocução *são os constituintes indexicais*). Para um anti-contextualista, esta possibilidade teórica reduziria – pelo menos, idealmente – o hiato entre linguagens formais e línguas naturais e, mesmo enquanto falantes competentes das línguas naturais ter-nos-ia sido facultada uma forma de eliminar a sensibilidade contextual das elocuições e repor a possibilidade de uma semântica vero-condicional. A única razão pela qual não usaríamos habitualmente frases eternas ligar-se-ia a uma questão de economia discursiva.

¹⁵ Que se postulem novas expressões indexicais, por exemplo, relativamente a uma teoria que se adopte no que diz respeito a este ponto e respectivas fórmulas de fixação de conteúdo semântico (seja o modelo de Kaplan ou outro qualquer), é algo que um contextualista considera quase irrelevante, não apenas porque para ele os indexicais estão longe de ser as únicas expressões cujo significado linguístico apresenta sensibilidade contextual (a linguagem natural está repleta deste fenómeno), mas também porque, mesmo com a expansão do conjunto de termos indexicais e a estipulação das respectivas regras semânticas, a contribuição do valor semântico destas para o da suposta proposição de que seriam uma parte *continuaría* (de acordo com o contextualista) *a não facultar mais do que um fragmento proposicional* e, como as restantes partes da frase ou elocução continuariam “minadas” de expressões com sensibilidade contextual, a própria composicionalidade seria inalcançável e as frases da linguagem (com ou sem os referidos termos indexicais) não poderiam ser analisadas em termos vero-condicionais.

¹⁶ Esta posição **c)** não é consistente com **a)**, que nega, pura e simplesmente, a possibilidade de que *frases e elocuições de frases* expressem uma proposição (completa) e, portanto, sejam avaliáveis vero-condicionalmente. Um cotejo entre as três posições é suficiente para inferir a existência de um debate teórico não apenas entre contextualistas e anti-contextualistas, como entre os próprios autores do contextualismo e, num passo ulterior de pensamento, de como estes “rótulos” generalistas para posições teóricas que manejam diferentes instrumentos conceptuais e que, portanto, extraem diferentes resultados de TP, são redutores.

3. O QUE SÃO “ENTENDIMENTOS”?

Poucas questões terão atormentado tanto os filósofos como a da natureza da relação entre a linguagem e o mundo. Este problema abstracto concretizou-se em questões do tipo: *como é que o nome nomeia o objecto?* Como é que a estrutura articulada e facilmente captada de uma *frase* ou *elocução* se relaciona com um *estado de coisas* determinado, que a primeira descreve ou implementa?

No início do século XX, os pioneiros da tradição analítica – Frege, Russell e o Wittgenstein do *Tractatus Logico-Philosophicus* – procuraram respostas para aquele tipo de questões mediante uma lógica de correspondências sem resíduos entre *linguagem e mundo, conectando dois problemas fundamentais*:

1. Como é que a ordem lógica que estrutura o nosso pensamento (a mesma ordem lógica dos factos que constituem o mundo) é transponível para a linguagem empírica?

2. Como é possível a comunicação de pensamentos, sem o recurso a uma explicação de tipo psicologista?

Non entanto, sob o efeito crítico da segunda maneira de pensar de Wittgenstein (de que destacaremos uma passagem das PU, adiante) e da filosofia de John Austin, o tipo de paradigma lógico proposto para explicar aquelas questões foi destronado, numa primeira fase por versões mais críticas do que construtivas (como a das próprias PU), mas levantando uma série de problemas filosóficos que constituiriam uma base de elaboração para discussões contemporâneas na filosofia da linguagem, na epistemologia ou na filosofia da mente, como o relativismo, o contextualismo ou o problema da vagueza.

Em PU §88, lê-se:

«Se eu digo a uma pessoa: “Deves ser mais pontual ao almoço; sabes que ele começa *exactamente* à uma hora”, não se fala aqui realmente em *exactidão*? Só por se poder dizer: “Pensa na determinação do tempo no laboratório, ou no observatório; *ai* tu vês qual é o sentido de *exactidão*”. “Inexacto” é, de facto, uma censura e “exacto” um louvor. E isto significa que o inexacto não atinge tão perfeitamente o seu fim como o que é mais exacto. Aqui tudo depende, claro, do que se chama “fim”. [...] O ideal de *exactidão* não é previsível, não sabemos como o devemos conceber, a não ser que tu próprio determines o que é que receberá este nome. Mas vai-te ser difícil fazer uma determinação destas; uma que te satisfaça».¹⁷

¹⁷ «Wenn Ich nun jemandem sage: “Du solltest pünktlicher zum Essen kommen ; du weisst, dass es genau um ein Uhr anfängt” – ist hier von Genauigkeit eigentlich nicht die Rede? Weil man sagen kann: “Denk an die Zeitbestimmung im Laboratorium, oder auf der Sternwarte; da siehst du, was “Genauigkeit” bedeutet”. “Unexakt”, das ist eigentlich ein Tadel, und “exakt” ein Lob. Und das heisst doch; das Unexakte erreicht sein Ziel nicht so vollkommen wie das Exaktere. Da kommt es also auf das an, was wir “das Ziel” nennen. [...] Ein Ideal der Genauigkeit ist nicht vorgesehen; wir wissen nicht, was wir uns darunter vorstellen sollen – es sei denn, du selbst setzt fest, was so genannt werden soll. Aber es wird dir schwer werden, so eine Festsetzung zu treffen; eine, die dich befriedigt». In *Philosophische Untersuchungen*, §88. Schriften von Ludwig Wittgenstein, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1963.

Da leitura atenta deste parágrafo das PU poderíamos extrair *duas faces* de *um* mesmo *problema* conceptual e filosófico, cuja colocação é importante para a própria questão condutora deste ensaio. Wittgenstein está, por um lado, a questionar *o ideal de exactidão* dos nossos conceitos – e a respectiva normatividade quanto a objectos ou conjuntos de objectos – e a fazê-lo *utilizando* para isso o próprio conceito de “exactidão”. É interessante observar como o termo “Exactidão” [*Genauigkeit*] é aqui usado por Wittgenstein como “conceito-alvo” e “paradigma conceptual”.

O problema filosófico despoletado pelo §88 das PU vai ser enunciado e desenvolvido com base na seguinte formulação: *as expressões* – nomeadamente os predicados que utilizamos para expressar determinadas propriedades das coisas - *da nossa linguagem são ou não são susceptíveis a entendimentos?* Quer dizer: o mero *significado linguístico* de algum tipo de expressões das línguas naturais¹⁸ será suficiente para fixar a respectiva extensão ou referência das mesmas ou, de um ponto de vista pragmático, *aquilo a que os utilizadores competentes de uma linguagem se referem mediante a utilização das mesmas*, em actos de fala diversos? Será o *conteúdo semântico* de uma dada expressão – que é utilizada em diferentes contextos de elocução – exclusiva e invariavelmente determinado pelo respectivo significado linguístico ou literal?

Pensemos no seguinte exemplo. O Dr. Paulo Meierhof é *designer* e terminou um novo projecto integrado num plano de requalificação urbanística arrojado, dentro do qual lhe foi encomendado que projectasse *bancos* para as áreas arborizadas de uma zona de Berlim – nada mais nada menos do que Neukölln, antiga área de ocupação soviética. Quando termina o projecto e o entrega no Gabinete de Requalificação Urbana da Rathaus, o responsável pelo dito gabinete, o Dr. Detering (um engenheiro civil) pergunta ao Dr. Meierhof, “Então, Dr., já terminou o desenho dos novos *bancos* para as áreas arborizadas de Neukölln?”. O Dr. Meierhof, um pouco tolhido pela literalidade e pelo pragmatismo do engenheiro, responde: “Sabe, Dr. Detering, depende do que o Dr. entenda por “algo ser um banco”: *se contar peças arqueadas de titânio, extremamente leves, com cerca de 10m de comprimento por 40cm de largura, furadas nas margens para levarem encaixes de corda e simularem baloiços*, como “bancos”, então a resposta é *sim*, se não contar tal descrição de artefactos como de algo que possa “ser um banco”, então a resposta é *não*”. (Acrescentaríamos apenas que o orçamento que a Rathaus de Neukölln disponibilizara para o projecto do Dr. Meierhof era bastante desafogado). A resposta do Dr. Meierhof constitui, não apenas uma elocução perfeitamente legítima de um acto de fala em português, como ainda *determina um entendimento possível* para o predicado “_ é um banco” e respectivo uso linguístico.

A tese que queremos derivar deste modelo linguístico é a de que, para uma teoria do significado que pretenda contemplar determinadas intuições dos falantes como as instanciadas pelo exemplo supra-mencionado, haverá itens que o mero significado

¹⁸ Embora para defensores de formas radicais de contextualismo o fenómeno da sensibilidade contextual das expressões seja ubíquo e não exista, portanto, uma restrição do mesmo a um conjunto de expressões, defensores de algumas formas de anti-contextualismo – como os Minimalistas Semânticos – contemplam *tipo de expressões* como: modais epistémicos, predicados de cor, termos geométricos, adjectivos em geral, adjectivos comparativos ou possessivos. Porém, elaboram esta lista para construir uma argumentação que discorda da sensibilidade contextual de todos estes tipos de expressões.

literal de “banco”¹⁹, por exemplo, não determina. Numa terminologia mais específica: se um predicado como “__ é um banco” *admitir entendimentos* e estes não puderem ser *exaustivamente* coligidos junto do respectivo significado linguístico, então a sua extensão e anti-extensão não podem ser conjuntos formalmente determinados, mutuamente exclusivos e cuja conjunção esgota o domínio. No caso presente, não existe nenhuma característica formalmente definitória de *um banco enquanto tal*, que exclua ou inclua – a partir de um plano estritamente conceptual – que *peças arqueadas de titânio, extremamente leves, com cerca de 10m de comprimento por 40cm de largura, furadas nas margens para levarem encaixes de corda e simularem baloiços* possam contar como “bancos”.

Que as expressões das línguas naturais admitam entendimentos significa, pelo menos, duas coisas (a partir do exemplo dado): que não existe nenhum item ou conjunto de itens – num domínio de objectos – que corresponda a *algo que é um banco, simpliciter*; e, rejeitada uma *tipificação do significado*²⁰ das nossas expressões, pela verificação da respectiva inviabilidade para representar *qualquer* objecto que, supostamente, instanciará sem mais uma definição daquele, tão pouco existe o conjunto de propriedades definitórias de “banco *per se*”, que exclua a possibilidade de contar o tipo de artefacto projectado por Meierhof como “um banco”.

O facto das nossas expressões terem *entendimentos* é permeável ao seguinte fenómeno semântico: em diferentes contextos de elocução de uma *mesma* expressão singular ou frase (temos estado a analisar predicados, mas o fenómeno é, para um contextualista, generalizável) o respectivo *conteúdo semântico*²¹ pode variar. Admite-se que uma expressão (por exemplo, o predicado “__ é um banco”) tem *um determinado entendimento* se se considerar que um dado item pode ser designado pela referida expressão, de acordo com *esse entendimento* do que seja ser tal.

Equacionemos este fenómeno semântico, que relaciona *conceitos* e respectivas *estruturas representacionais* com diferentes possibilidades de as coisas serem *de acordo com* esses mesmos conceitos e estruturas, na seguinte fórmula explicativa: *se uma expressão representa ou descreve algo como sendo X (por exemplo, “um banco”) e a questão de saber se as coisas são como essa expressão as representa ou não se liga com o que é e o que não é X, num entendimento determinado de algo ser X, dir-se-á que a referida expressão tem o mesmo entendimento de algo que representa (ou descreve) como sendo X.*

¹⁹ Estamos aqui a pensar no termo “banco” já devidamente desambiguado, ou seja, este exemplo não contempla diferentes interpretações nas suas diferentes utilizações. O termo *banco* nunca é utilizado (nem mencionado) como “banco, instituição financeira”.

²⁰ Por *tipificação do significado* das expressões (singulares) tome-se um paradigma *representacionista* dos termos singulares da linguagem (nomes) ou de tipos de expressões insaturadas, como os predicados. Para poderem representar, estes termos teriam de ter identidades tangíveis, os respectivos *Sinnen*, a remeter para entidades peculiares, os “representados” ou *Bedeutungen*. Este paradigma representacionista – iterável, para um fregeano, dos termos singulares para as proposições – *fixa uma referência* singular ou um conjunto determinado para cada grupo de expressões: um *objecto* para um nome, uma *extensão* para um predicado (a extensão e anti-extensão de um predicado constituiriam a totalidade de um domínio de objectos). Este modelo esgota o significado das expressões singulares da linguagem, não deixando lugar àquilo que estamos a definir como “entendimentos”.

²¹ Em diferentes concepções teóricas também não há unanimidade sobre o que seja o *conteúdo semântico* de uma frase ou elocução (muito embora este *não* seja o ponto crítico do argumento contextualista): uma proposição, um valor de verdade, condições de verdade, etc.

Para um modelo teórico contextualista que defenda que um traço característico das expressões singulares (como os adjectivos em geral, os comparativos, termos geométricos, expressões de atribuição de conhecimento, etc.) e frases das línguas naturais é terem entendimentos, é *o facto de o mundo ser como é* que determina aqueles – e não um novo critério de tipo linguístico como sejam *regras* ou *definições*. Os entendimentos que as expressões singulares podem ter e que frases ou elocuições de frases completas de que aquelas são constituintes terão que compreender também, se a primeira parte for o caso, e aquilo que, de acordo com o entendimento das respectivas expressões, as frases querem dizer ou representar como sendo o caso, diz exclusivamente respeito à forma como, *de acordo com essas expressões assim entendidas, as coisas são*.

Uma frase completa que fale de algum item como sendo um banco reporta um entendimento determinado de ser um banco apenas no caso em que, para as coisas serem como essa frase as representa *algo deve poder ser um banco de acordo com esse entendimento particular* conferido ao termo. É possível defender que se admitem entendimentos para dizer de algo que é um *banco*, por exemplo, se há várias coisas possíveis que podemos entender por tal (e, portanto, items com um índice de diversidade considerável que podemos considerar objectos que caem sob o conceito²² de banco – *de acordo com um ou outro entendimento*).

Devemos, apesar desta concepção de entendimentos, preservar um argumento fundamental que um contextualista sempre defenderá face a qualquer refutação de tipo literalista (que, além do mais, é um argumento de refutação corrente do argumento contextualista). Mesmo incorporando a noção de entendimentos na teoria, o contextualista defenderá que ela não constitui uma ameaça para a comunicação entre duas ou mais pessoas, para que possam entender as mesmas palavras utilizadas em elocuições diferentes das mesmas frases, partilhar pensamentos ou concepções, ainda que os respectivos entendimentos sobre uma determinada expressão que seja um constituinte de interlocuções possam variar radicalmente e mesmo que as concepções ou entendimentos individuais possam ser incipientes para determinar com precisão como é que as coisas seriam exactamente em conformidade com as formas de representação postuladas pelos diferentes entendimentos em jogo nas diferentes elocuições. Tudo isto é possível, diz o contextualista, porque a comunicação é um processo muito rápido e intuitivo e o problema dos entendimentos é um problema teórico de análise de usos linguísticos em ocasiões particulares de elocução.

A ideia que interessa ao contextualista conciliar com a noção de *entendimentos* – para nunca ter bloqueada a própria possibilidade de comunicação, uma vez que é justamente por essa constatação que qualquer modelo *explicativo* ou *descritivo* do funcionamento das línguas naturais começa – é a de que duas pessoas podem *compreender* as expressões singulares e frases que proferem, *conhecer* aquilo a que aquelas se referem, inclusive expressar a *mesma crença* com diferentes elocuições da mesma frase,

²² É curioso sublinhar que o próprio Frege chama a atenção para que um predicado – expressão de um conceito – é uma fórmula *insaturada*, ou seja, pode ser entendido como uma função matemática que necessita de um argumento de objecto para expressar um pensamento completo. Claro que Frege classificou as expressões predicativas como insaturadas neste sentido preciso e não estava a pensar na permeabilidade a “entendimentos” para os próprios termos predicativos, como estamos agora aqui a desenvolver. A *insaturabilidade* talvez revele, porém, algo sobre a natureza da própria estrutura predicativa que, em última análise, se possa estender aos *entendimentos*.

ainda que cada uma delas tenha uma concepção radicalmente diferente [i.e., diferentes entendimentos] de *como as coisas seriam* caso fossem conforme descritas pela mesma expressão singular ou elocução. E essa posição pode ser justificada na medida em que se demarcar de uma outra concepção de “entendimentos” para as expressões de uma linguagem, que concerne apenas uma forma de *conceptualização*. Ou seja, tal como temos estado a introduzir a noção de *entendimentos*, estes terão de ser conceptualmente separados de *uma forma de representar os factos no pensamento, estruturada logicamente* e com uma disposição específica, que *permite à linguagem traduzir o pensamento* e fazer afirmações acerca do mundo (conforme representado no pensamento)²³. Aqui temos uma linha de separação entre *entendimentos* e *interpretações*.

A tese contextualista de acordo com a qual as expressões das línguas naturais *têm entendimentos* correlaciona-se com a intuição de que os falantes competentes das mesmas são perfeitamente capazes de identificar, em elocuições particulares de frases, qual é o respectivo entendimento que as expressões constituintes têm – ou, dito de outro modo, são indivíduos capazes de reconhecer como seriam as coisas se fossem como representadas pelas respectivas elocuições, cujas expressões constituintes têm determinados entendimentos. Esta tese, que defende a adequação da intuição dos falantes na avaliação do conteúdo de elocuições particulares inseridas em actos de fala, tem como corolário a recusa em fazer corresponder os entendimentos que as expressões das línguas naturais admitem *a formas específicas de estruturar o pensamento* para todo e qualquer falante que possa reconhecer diferentes entendimentos de expressões incompletas ou insaturadas (como predicados) e respectiva composição em pensamentos (completos) ou frases articuladas.

Por fim, a posição contextualista sobre a existência de “entendimentos” para as expressões singulares e elocuições de frases nas línguas naturais não reconhece viabilidade teórica à postulação daqueles enquanto *Deutungen*, quer dizer, enquanto explicações ou formas de dilucidação, noutros termos, de uma fórmula correspondente ao entendimento de uma dada expressão como tal outra ou a de *como seriam as coisas caso fossem adequadamente representadas pela expressão X com o entendimento E*.

Um entendimento não é uma dilucidação por outros termos mas também não comporta um critério linguístico que estipulasse *a priori* quando algo seria e quando não seria conforme representado por uma expressão *com um entendimento determinado*. Que uma expressão tenha um entendimento não consiste num fenómeno anotado *à la carte*, com vista a especificar as características de *um* dado objecto ou estado de coisas de acordo com uma única elocução – pode identificar múltiplos objectos de um domínio ou prover diferentes respostas afirmativas para quando diferentes estados de coisas seriam correctamente representados *pelo mesmo entendimento para uma frase* sob análise –; no entanto, um entendimento tão pouco é algo destacado, uma entidade de *natureza distinta* daquela de que a correcta descrição das coisas de acordo com a expressão de que é entendimento se deduza.

Admitir que as nossas expressões singulares – e, conseqüentemente, as expressões compostas ou frases articuladas de que aquelas são elementos constituintes – têm entendimentos, é uma forma de evitar uma concepção dos pensamentos como

²³ O mesmo é dizer, a concepção de *entendimentos* que estamos a analisar tem que separar-se do *modelo pictorial* do TLF.

sombras (como analisámos em 1.) e um passo argumentativo a favor da *inextricável sensibilidade contextual* das frases e elocuições de frases das línguas naturais, conforme veremos no ponto seguinte.

4. ESTRATÉGIAS PARA TESTAR A SENSIBILIDADE CONTEXTUAL DE EXPRESSÕES SINGULARES E DE FRASES OU ELOCUÇÕES DE FRASES

No *ponto 2.* deste ensaio analisámos parcialmente fórmulas para interpretar a variação, em termos de conteúdo semântico, de expressões *indexicais* ou termos *contextuais*, conforme proposto pelo “Demonstratives” de D.Kaplan e desenvolvido por Kaplan e J.Perry. Dentro do núcleo de expressões assim designável, cujo esquema de fixação intercontextual de valores semânticos, de acordo com regras linguísticas específicas, é conhecido, são classificados os pronomes pessoais – *eu, tu, ele, nós* –, pronomes demonstrativos – *isto, esse, aquilo* –, advérbios – *aquí, acolá, agora, hoje, ontem, antes* –, indicações de tempo verbal, adjectivos como *actual* ou *presente*, “termos contextuais”, como *inimigo, estrangeiro, imigrante, amigo, conterrâneo, importado, exportado*, etc. Alguns autores chamam a este domínio de termos “Conjunto Básico”, ou seja, aquele conjunto base de expressões (mais ou menos estipulado pelo trabalho pioneiro de Kaplan), cuja sensibilidade contextual não é disputada, mas para cuja fixação do correspondente valor semântico (ou referência) está facultada uma *regra linguística* que, quando aplicada a uma *expressão composta* que integra um ou mais termos do tipo dos acima classificados, preenche um conjunto de variáveis ou “critérios formais” que, justamente, *anulam* a respectiva sensibilidade contextual da expressão composta.

Ainda que a *interpretação* de um termo indexical varie com o contexto de elocução, o significado linguístico destas expressões não é ambíguo. Vejamos um exemplo. Seja um *pronome pessoal*. O uso locutório que o Pedro faz do pronome “*tu*” ou o que a Marta faz podem ter o mesmo significado e, portanto, os respectivos valores semânticos em elocuições particulares podem ser deduzidos da mesma regra (abstracta): “*Sempre que x usa “tu” num contexto de interlocução Ci com y, a referência de “tu” em Ci é y*”.

Porém, o debate filosófico sobre a sensibilidade contextual de expressões singulares, frases e elocuições de frases (e a dificuldade ou impossibilidade em fixar o conteúdo semântico para *as mesmas frases ou elocuições de frases em contextos de elocução diferentes* e as respectivas condições de verdade) ganha maior relevo quando são ultrapassados os limites do Conjunto Básico.

Vamos supor que as nossas *intuições linguísticas* (já que este é um ponto de apoio frequente no argumento contextualista) nos fornecem motivos para supor que uma expressão *e – não contemplada* pelo Conjunto Básico de termos indexicais e expressões contextuais – apresenta, com base em critérios semânticos relevantes, diferentes valores semânticos em diferentes contextos de elocução. Chamemos a esta suposição a *Suposição da Variação Contextual [SVC]*.

Para legitimar uma proposta de variação do conteúdo semântico em função dos contextos de elocução, o argumento contextualista pode seguir – genericamente – uma das seguintes premissas condutoras:

a) aquilo *que é dito* ou *afirmado* por elocuições de uma frase que contem *e*²⁴ sofre variações de contexto para contexto de elocução;

b) as *condições de verdade* de elocuições de uma mesma frase *F* que contem (ou corresponde a) *e* não são as mesmas de contexto para contexto de elocução de *F*;

c) *a proposição expressa* por elocuições de uma frase *F* que contem (ou corresponde a) *e* varia com o respectivo contexto de elocução ou - como defendem alguns teóricos do contextualismo - cada elocução de uma frase não chega a expressar uma proposição, mas apenas um *fragmento proposicional* (insusceptível de ser avaliado em termos vero-condicionais).

Com independência de alguns testes para classes de expressões linguísticas específicas (incluídas ou não no CB²⁵), que visam aferir a variação contextual do respectivo conteúdo semântico, a posição mais forte do argumento contextualista é que *qualquer expressão singular em qualquer frase ou elocução de frase das línguas naturais está sujeita à SVC* e, portanto, *o verdadeiro núcleo da tematização do contextualismo* não é uma análise de tipo carnapiano²⁶, que faça corresponder variações no conteúdo semântico de diferentes elocuições de uma mesma frase a uma *variável com diferentes valores para cada elocução* e respectivas repercussões composicionais, mas antes uma apresentação e discussão das variações de contextos de elocução e do respectivo efeito sobre o valor semântico ou sobre aquilo que é dito por frases proferidas dentro dos mesmos (muito especialmente por uma mesma frase quando proferida em contextos de elocução diferentes).

1º TESTE. RELATOS INDIRECTOS DE DESCITAÇÃO INTERCONTEXTUAL [DI]

Confirmar a sensibilidade contextual de uma expressão singular *e* implica, *inter alia*, testar a variação do respectivo valor semântico de um contexto de elocução de uma frase que contenha (ou que coincida com) *e* para outro. Para comprovar essa variação, sujeitemos *e* a um teste de *relato indirecto de descitação intercontextual*. Numa primeira apresentação deste teste colocaremos no lugar de *e* uma expressão do CB, por exemplo, “eu”. Numa segunda versão, analisaremos um predicado fora do

²⁴ Atentemos no facto que, no debate contextualismo/anti-contextualismo, o tipo de expressão aqui equacionado como *e* pode representar uma *expressão singular* ou uma *frase* completa; isso implica que *e* possa determinar a sensibilidade contextual de uma frase ou elocução como um factor composicional ou, no caso de *e* ser uma expressão completa, serão as próprias condições de verdade ou a proposição expressa por *e* a divergir entre contexto e contexto de uso.

²⁵ CB: “Conjunto Básico”.

²⁶ A ideia de Carnap, normalmente seguida pelos defensores de uma posição de “Contextualismo moderado” é basicamente a seguinte: se o valor semântico de uma expressão linguística *e* varia em diferentes elocuições da mesma, a teoria recomenda adscrever-lhe uma variável com diferentes valores para diferentes elocuições; em cada elocução particular *E* de *e*, a referência de *e* é o valor da variável correspondente à expressão linguística *para essa elocução* e a contribuição de *e* para aquilo que é dito por *E* é uma função do argumento da variável nessa elocução para o que é dito por *E*. Uma frase *F* – instanciada em várias elocuições – é representada como uma *função de índices* (énuplas dos valores de todas variáveis assinaladas na frase por este procedimento) *para conteúdos semânticos particulares* ou aquilo que é possível dizer com as várias elocuições de *F*. Dado este esquema, as condições de verdade de uma frase *F* variam de elocução para elocução, mas as coisas que há para dizer com elocuições particulares de *F* não.

CB: “_ é verde”. (Passando pelo crivo deste teste um *termo indexical*, portanto, do CB e uma expressão *não-indexical*, mas cujos *entendimentos* determinam – segundo o argumento contextualista – diferenças semânticas com repercussões composicionais, comprovaremos a amplitude do argumento contextualista, tal como ficou, “abstractamente”, delineada, nos parágrafos anteriores).

Tomemos, num contexto C, a seguinte elocução [E1] da frase F, que contém a expressão *e* – cuja sensibilidade contextual está a ser testada por DI (e que fazemos coincidir aqui com o pronome pessoal “eu”), *usada* por Cavaco Silva:

(Elocução de Cavaco Silva) [E1] Eu tomo banho de pé.

Se mudarmos o contexto de elocução de C para C’ e algum outro falante que não o próprio Cavaco Silva *usar* a frase F numa segunda elocução [E2], para fazer um relato indirecto do que é dito em [E1], a resultante *descitação intercontextual* será *falsa*. Da seguinte forma:

(Elocução de Marques Mendes) [E2] Cavaco Silva disse que eu tomo banho de pé.

O pronome pessoal “eu” (à semelhança de outras expressões do CB) não pode ser usado para fazer descitação intercontextual indirecta sem que a insubstituibilidade sintática deixe de afectar o valor semântico das expressões compostas. O teste da *descitação intercontextual* confirma a sensibilidade contextual das expressões do CB (no exemplo, do pronome pessoal “eu”, mas o resultado do teste é extensível para aquele domínio de expressões), uma vez que a referência do indexical descitado, em [E2], quando este é *usado* num relato indirecto, não é a mesma que a de [E1]²⁷ e, portanto, o indexical “eu” bloqueia o teste.

Apliquemos o mesmo teste a uma *elocução simples* e uma *elocução descitada* de uma mesma frase F’, em *contextos diferentes* (cujas características, linguísticas e não linguísticas, o argumento contextualista especifica) – C1 e C2 – com um predicado como “_ é verde”.

C1 – A Joana e o Luís trabalham na indústria de fundição e decoração do vidro. Estão a fabricar peças decorativas. Há uma hora que a Joana modelou uma pêra e a segunda parte da tarefa cabe ao Luís, que pinta à mão as peças de vidro que a Joana modela. O Luís terminou a sua tarefa e diz:

[E3] A pêra *é verde*.

Se agora fizermos passar [E3] pelo teste do relato indirecto de descitação intercontextual, teremos de imaginar uma nova elocução de F’, nas quais o predicado “_ é verde” seja *usado* num novo contexto de elocução²⁸ que reporte indirectamente o que é dito em [E3]. Seja C2 esse contexto:

²⁷ Este fenómeno linguístico, que uma aplicação do teste do *relato indirecto de descitação intercontextual* a termos indexicais permite observar, está relacionado com o facto daqueles referirem ou designarem de forma *directa*.

²⁸ Uma outra estratégia argumentativa é defender que a elocução [E3] pode ser descitada *num outro tipo de contexto*, um contexto teórico, a que autores como Cappelen e Lepore chamam “Contexto Narrativo” [*Storytelling Context*], o contexto em que o próprio teste do *relato indirecto da descitação intercontextual* é feito.

C2 - O Pedro, que supervisionou o trabalho da Joana e do Luís em C1, está agora em casa da Inês e encontra na cozinha um recipiente com uma grande variedade de frutas – em que se contam peças de fruta naturais e outras decorativas, pintadas à mão (entre elas a pêra pintada pelo Luís em C1). A Inês, que conheceu o Luís através da compra das peças de fruta decorativas, prepara-se para tomar uma pêra, que ainda não amadureceu o suficiente e, quando a retira da fruteira, é surpreendida pela seguinte elocução do Pedro:

[E4]: *O Luís disse* que a pêra é verde.

A questão que em seguida se coloca diz respeito à fiabilidade deste relato indirecto de descitação intercontextual, relativamente ao conteúdo semântico de [E3] e é, portanto, a questão de saber se – tal como as expressões do CB – um predicado como “_ é verde” bloqueia ou não o teste da descitação intercontextual. Recorrendo às nossas intuições linguísticas de falantes competentes e conhecida a descrição de C1 e C2, a pergunta fundamental do argumento contextualista é: [E4] é um relato indirecto descitado de [E3] que reproduz fidedignamente o conteúdo semântico desta última elocução? Se *sim*, então o predicado “_ é verde”, cuja sensibilidade contextual está a ser testada, *não bloqueia o teste* da descitação intercontextual (o valor semântico de [E3] é preservado pelo relato descitado indirecto em [E4], sem que a elocução obtida pela descitação seja falsa). Se *não*, o relato descitado indirecto de [E3] por [E4] é falso e, portanto, a expressão *e* cuja sensibilidade contextual se está a testar (o predicado “_ é verde”) *bloqueia o teste* e a variação do seu valor semântico em função dos contextos de elocução é confirmada.

Mas as nossas intuições linguísticas são mais do que suficientes para confirmar que o relato descitado de [E3] *é falso*, porque C2 é um contexto distinto de C1, também com características não linguísticas definidas e fornece um entendimento para o predicado “_ é verde” claramente diferente do que tinha em C1. Com [E3], o Luís não se estava a referir a fruta natural, mas a *objectos decorativos verdes*. Como o requisito teórico para a efectuação do teste é que o apliquemos à expressão a descitar *num novo contexto* (seja ou não um contexto de tipo teórico), este disponibiliza a informação relevante para deduzir a diferença entre o conteúdo semântico de [E4] e de [E3].

Ora, dada a informação que temos sobre C1, em que [E3] era verdadeira, e que a que nos fornece a descrição de C2 (nomeadamente sobre a diferença de entendimentos do predicado “_ é verde”; *Ent1* “pintado de verde”/ *Ent.2* “fruta não madura”), podemos confirmar que a descitação de [E3] em [E4] é falsa e que, portanto, *a diferença de contextos* – C1, em que [E3] é *proferida* e C2, em que [E3] é *usada num relato indirecto* – faz com que o valor semântico da elocução directa de uma frase (que contém um predicado como “_ é verde”) e de um relato intercontextual descitado da mesma possa não coincidir. É justamente na possibilidade de serem fornecidos (ou do uso da linguagem manejar) diferentes entendimentos para expressões singulares que o argumento contextualista se apoia para deduzir que, não apenas as expressões do CB, mas muitas outras expressões singulares – como, no exemplo testado, o predicado “_ é verde” – podem bloquear DI e, portanto, verem confirmada a respectiva sensibilidade contextual.

2º TESTE. DESCRIÇÕES COLECTIVAS [DC]

Um segundo teste que pode ser aplicado a uma expressão *e* para aferir da respectiva sensibilidade contextual consiste em verificar se, a partir da verdade de *duas elocuições* ([E1], [E2]) de uma mesma frase *F*, que integra *e*, proferidas *em dois contextos distintos* podemos derivar *uma descrição colectiva verdadeira* das duas elocuições ou uma nova elocução verdadeira – num novo contexto – em que [E1] e [E2] sejam proferidas conjuntamente. Este teste avalia o seguinte princípio teórico:

[PT]: Se o *contexto de elocução* tiver um papel relevante na determinação do valor semântico de uma expressão, então, pelo facto de sabermos que uma elocução *x* de *F* num contexto *C* é verdadeira e que uma elocução *y* de *F* num contexto *C'* é verdadeira, *não* estaremos autorizados a afirmar, num terceiro contexto *C''* que $(x \wedge y)$ é verdadeira.

Se aplicarmos este teste a uma expressão do CB, como “amanhã”, verificaremos que o teste das DC é bloqueado. Da seguinte forma: de uma elocução verdadeira [E1], proferida por Mário no contexto *C*:

[E1] O Luís parte *amanhã*;

e de uma elocução verdadeira [E2] proferida pela Sofia no contexto *C'*:

[E2] O Pedro parte *amanhã*;

Não se pode inferir a verdade de uma elocução [E3], num contexto *C''*:

[E3] O Pedro e o Luís partem ambos *amanhã*.

Não sabemos *quando* é que [E1] e [E2] foram proferidas e, portanto, pode haver uma elocução falsa da forma de [E3]. Esta expressão, como todas as do CB, também bloqueia o teste das DC e, portanto, a sua sensibilidade contextual confirma-se.

Se agora aplicarmos o mesmo teste a uma outra expressão cuja sensibilidade contextual pretendemos comprovar – por exemplo, o predicado “_ é verde” –, teremos que descrever *dois contextos de elocução* distintos (*C* e *C1*) para *duas elocuições verdadeiras* ([E4] e [E5]) de frases em que o predicado “_ é verde” se aplica a dois objectos diferentes, caracterizados como *x é verde* e *y é verde*, respectivamente, em *C* e *C1*. Caso não seja possível fazer uma afirmação verdadeira, num contexto *C2*, de

[E6] *x é verde e y é verde*, então o predicado “_ é verde” pode bloquear o teste das DC e teremos demonstrado a sua sensibilidade contextual.

C. O João Pedro comprou uma T-Shirt da *Benetton*. A T-Shirt é verde, um *verde choque*, da gama de cores clássica dos algodões da *Benetton*. Impressionada com o mau gosto do João Pedro, a namorada diz a uma amiga:

[E4] A T-Shirt do João Pedro é verde.

C1. O Miguel acaba de ver o João Pedro do outro lado da rua com uns óculos de sol *Rayban*, último modelo, com armações e lentes verdes, ambas de um *verde muito escuro*. O Miguel diz à Filipa, quando a encontra no jardim:

[E5] Os óculos do João Pedro são verdes.

Se, num (outro) contexto *C2*, devidamente caracterizado, não pudermos fazer uma afirmação verdadeira da conjunção do conteúdo semântico de [E4] e [E5] (mediante uma nova elocução que seja uma conjunção de [E4] e [E5]), então teremos provado a sensibilidade contextual do predicado “_ é verde” através do teste das DC.

C2. O Rafael e a namorada do João Pedro estão a discutir preferências de cores. O Rafael alega que a sua cor preferida é o azul-marinho; em contrapartida, a namorada do João Pedro (que ficou tão escandalizada com a cor da nova T-Shirt do João Pedro, o *verde choque* da Benetton), alega que a sua cor preferida é o verde, mas o tom de *verde-azeitona*. Listando alguns itens que têm as cores preferidas de ambos (e depois de ser informado das novas tentativas que o João Pedro tem feito para modernizar o seu *look*), o Rafael afirma:

[E6] A T-Shirt e os óculos do João Pedro são verdes.

A [E6], a namorada do João Pedro pode responder, indignada: “Sim, mas nenhum dos dois tem o tom de verde a que eu acabo de aludir!” (ou ela não estaria tão preocupada com as escolhas de roupa do namorado).

Se a verdade da elocução [E6] não se puder inferir da verdade de [E4] e [E5], o predicado “_ é verde” utilizado nas três elocuições e cuja sensibilidade contextual está sob análise terá bloqueado o teste das DC (porque encontramos *uma elocução falsa* da conjunção *de duas elocuições verdadeiras* que o contêm).

Para entendermos o alcance desta resposta, temos que apelar para a noção de *entendimentos* defendida no ponto 3. deste trabalho. Se PT for válido e sustentar a resposta contextualista, é a especificação do *entendimento* que uma *expressão singular* tem num contexto de elocução relevante que determina o conteúdo semântico da ou das expressões compostas – frases ou elocuições de frases – em que aquela toma parte e, simultaneamente, são os entendimentos particulares de expressões sintaticamente idênticas que decidem quando é que um objecto *conta como* sendo correctamente descrito por uma expressão singular *s* num entendimento particular *ent*²⁹.

No exemplo analisado – se aceitarmos PT –, o conteúdo semântico das elocuições [E4] e [E5] é determinado pelos entendimentos do predicado “_ é verde”, especificados na caracterização de C e C1, que são diferentes entre si e também diferentes do entendimento para a mesma expressão discriminado em C2. Essa é a razão porque uma *descrição colectiva* ou uma afirmação conjunta dos conteúdos semânticos de [E4] e [E5], quando proferida num novo contexto de elocução (C2) (que ainda especifica um novo entendimento para o predicado “_ é verde”), embora parta de duas elocuições verdadeiras ([E4] e [E5], em C e C1, respectivamente), pode resultar numa elocução falsa ([E6]) e, portanto, bloquear o teste das DC e constituir, assim, uma demonstração da sensibilidade contextual do predicado “_ é verde”, expressão que não pertence ao CB.

3º TESTE. DESCITAÇÃO INTERCONTEXTUAL COM *USO* E *MENÇÃO* [DIUM]

Há um último teste que pode ser aplicado a uma expressão - singular ou composta - cuja sensibilidade contextual se pretende avaliar. Na verdade, não é um teste semântico completamente autónomo do primeiro teste examinado. DIUM é uma complexificação dos requisitos teóricos do teste de DI, que alguns teóricos anti-contextualistas²⁹ propõem, por um lado, como *contra-argumento* à disseminação da interpretação contextualista de frases e elocuições de frases das línguas naturais (e, portanto, à inviabilidade de uma

²⁹ Nomeadamente, os defensores do Minimalismo Semântico, Cappelen e Lepore.

semântica vero-condicional para as línguas naturais) da parte do (por eles denominado) “Contextualismo Radical” e, por outro, como *suposta* detecção de *inconsistência* no próprio argumento contextualista. Este teste – com uma componente teórica bastante densa – falha aquilo que pretende provar, porque os seus proponentes fazem *tábula rasa* da atribuição de *entendimentos* às expressões intercontextualmente descitadas, que é a base de sustentação das premissas do argumento contextualista.³⁰

Os proponentes de DIUM alegam que o teórico interessado em comprovar a sensibilidade contextual de *e* por recurso a esta prova, não pode limitar-se a *descrever* o teste num raciocínio esquemático – terá de *usá-lo* enquanto o apresenta, se quiser rentabilizar maximamente as potencialidades de DIUM.

Para avaliar se uma expressão *e* é sensível ao contexto de elocução, o teórico deve descrever o *uso* de *e* num determinado contexto de elocução e o respectivo valor semântico nesse contexto. *Simultaneamente*, deve apresentar um outro *uso* de *e*, noutra contexto de elocução – com outro valor semântico. Uma expressão *e* não tem sensibilidade contextual a menos que o respectivo valor semântico varie de contexto para contexto e que o valor semântico que *e* tem numa elocução num contexto particular (de *uso* ou de *menção*) seja diferente do valor que adquire em contextos supostos. Este é o requisito geral que qualquer teste à sensibilidade contextual de uma expressão singular deve respeitar.

Se quisermos aplicar o teste da DIUM para verificar a sensibilidade contextual de *e*, usamos uma frase F que contenha *e* e testamos F pelo seguinte esquema descitativo (caso haja *pelo menos uma elocução verdadeira de ED*, confirma-se a sensibilidade contextual de em):

ED: Há (ou poderia haver) uma elocução falsa de “ela chama-se Luísa” ainda que *ela* se chame Luísa.

ED é formulado no “Contexto Narrativo” em que a sensibilidade contextual da própria expressão *e* está a ser testada e, nesse contexto (C0), quando o pronome pessoal “ela” está a ser *usado*, o locutor de ED está efectivamente a apontar para uma rapariga chamada Luísa. De acordo com as nossas intuições linguísticas, é fácil conceber uma elocução verdadeira de ED e, portanto, “ela” é uma expressão sensível ao contexto (como, de resto, todas as expressões do CB).

DIUM complexifica-se no seguinte ponto. Para que uma expressão *e* passe o teste da descitação intercontextual, este teste deve ser suportado por um *Verdadeiro Argumento de Mudança de Contexto*. A estratégia para obter uma versão deste último tipo de argumento, quando se testa a sensibilidade contextual de *e*, passa por verificar se a frase F, que contém *e*, e para a qual o teste postula diferentes contextos de elocução é *usada* no contexto em que o argumento é apresentado ou apenas *mencionada nesse mesmo contexto*.

Mais claramente: o Argumento da Mudança de Contexto³¹ [AMC] já é, ele próprio, exposto num determinado contexto – chamemos-lhe *Contexto Argumentativo* [CA]. Para além de CA, o AMC descreve ou inventa *outros contextos de elocução* para uma frase

³⁰ Muito especialmente, numa versão *ocasionalista*, como a de Travis.

³¹ Ou seja, o argumento segundo o qual o valor semântico de uma mesma expressão *e*, parte constitutiva de uma frase F, varia em função de mudanças de contexto de elocução desta última.

F que contenha a expressão *e* – cuja sensibilidade contextual o argumento pretende confirmar ou infirmar. Chamemos a esses outros contextos, inventados ou descritos por AMC, os vários *Contextos Alvo*. O que um defensor de AMC pretende com a introdução (e descrição) de vários *Contextos Alvo* é demonstrar que, se *e* for sensível ao contexto, o valor semântico de uma frase F que contenha *e* não será o mesmo em todos os *Contextos Alvo* imagináveis³² e, portanto, que nenhuma frase que contenha *e* é susceptível de análise vero-condicional.

Por fim, se o AMC se limita a *mencionar* no CA os vários *usos* possíveis de *e* nos vários Contextos Alvo criados pelo argumento, os proponentes de DIUM consideram essa uma versão *Fraca* do AMC; por outro lado, se, numa outra versão do AMC, a expressão *e* não for apenas *mencionada* no CA – ou se não forem apenas *mencionados* no CA os vários *usos* possíveis de *e* nos Contextos Alvo criados pelo argumento – mas for simultaneamente *usada* e *mencionada* no CA, os proponentes de DIUM consideram esta uma versão *Forte* do AMC.

ED constituiria, de acordo com esta classificação, uma versão *Forte* do AMC, na medida em que o pronome pessoal “ela” (correspondente à expressão *e* do teste) está simultaneamente a ser usado e mencionado no CA – *usado*, quando o indivíduo que efectua o teste, no seu próprio contexto de elocução, o contexto narrativo teórico, está a apontar para uma rapariga chamada Luísa o que torna ED uma elocução verdadeira; *mencionado*, quando ED imagina e descreve um contexto alvo em que há uma elocução falsa de “*ela* chama-se Luísa”. Se é a versão *Forte* do AMC que constitui a verdadeira prova da sensibilidade contextual de uma expressão *e* (e porquê) é algo por averiguar. Por outro lado, temos vindo a insistir no facto de que *não são as expressões do CB* que têm a *variação contextual* do respectivo valor semântico sob análise (justamente por aquela não ser questionável), num argumento contextualista.

Ainda que consideremos problemática a justificação da diferença que o Minimalista Semântico estipula entre versões *Fracas* e *Fortes* do AMC, na medida em que o CA em que aquele é apresentado é um contexto *sui generis*, um contexto teórico e *não mais um contexto construído* para ilustrar ou hipostasiar as diferenças intercontextuais no valor semântico de uma mesma expressão linguística, pelo que insistir em testar a expressão *e* no CA como se estivesse inserida num modelo narrativo uniformizado pelo dos vários *contextos alvo* descritos parece mais um capricho teórico do que uma necessidade de prova, vamos aplicar DIUM a uma expressão *e fora do CB*.

Construamos uma versão de ED para uma das expressões cuja sensibilidade contextual temos vindo a analisar: o predicado “_ é verde”.

ED’: Há (ou poderia haver) uma elocução falsa de “A árvore de Natal é verde” ainda que a árvore de Natal seja verde.

Para que sejamos bem sucedidos na elaboração de um teste de DIUM para a actual expressão *e* cuja sensibilidade contextual pretendemos provar (o predicado “_é verde”), devemos integrar *e* numa frase F e submeter F a um AMC *Forte*, em que possamos encontrar pelo menos uma elocução verdadeira de ED’. Repare-se que, tal como sucedia em ED (com uma expressão do CB), também em ED’, o predicado “_

³² Para além do valor semântico de F variar em função dos diferentes Contextos Alvo, pode ainda variar entre estes e o próprio CA.

é verde” é usado e mencionado³³: usado no Contexto Argumentativo e mencionado um outro uso em pelo menos um contexto alvo diferente, em que o respectivo valor semântico não coincide com o do CA.

Ora, a questão que seguidamente se deve colocar é: em que circunstâncias é que será possível uma versão *Forte* desta proposta de um AMC, isto é, como é que podemos assegurar-nos que há pelo menos uma elocução verdadeira de ED? Mais uma vez, a resposta é simples e a chave para confirmar a sensibilidade contextual de uma expressão *e*, instanciada fora do CB (como o predicado “_ é verde”) é a observância de uma premissa fundamental do argumento contextualista: *as expressões de uma língua natural têm* (ou são susceptíveis a) *entendimentos*: o respectivo significado linguístico ou literal não esgota, pois, o conteúdo dos *termos* e *expressões singulares* de uma língua nem, por razões composicionais, das *frases* ou expressões articuladas que, a partir daqueles, se podem constituir.

A elocução “A árvore de Natal é verde” é efectivamente *usada* no CA e expressa, neste contexto, uma elocução verdadeira – na medida, digamos, em que estamos a considerar em CA um *entendimento 1* de “_ é verde”, que a seguir explicitaremos. Por seu turno, num contexto alvo Ctx1, uma elocução de “A árvore de Natal é verde” – mencionada em CA – pode bem ser falsa, na medida em que estejamos, em CA, a considerar para Ctx1 um *entendimento 2* de “_ é verde” diferente do *entendimento 1*.

[CA] Enquanto escrevo estas linhas, estou diante da minha árvore de Natal e acabo de ter uma acalorada discussão com a minha irmã sobre diferentes tons de verde. Confessei-lhe a minha perdição pelo tom verde-pinheiro [entendimento 1], esse tom muito escuro, opaco, justamente o tom de verde que a nossa árvore de Natal, um pinheiro viçoso, acabado de colher, tem. Profiro a frase:

[E1] A árvore de Natal é verde.

Continuo em CA, a divagar sobre diferentes tons de verde. Imagino [Ctx1], um novo contexto de elocução possível, ainda enquanto escrevo estas linhas. Lembro-me do tom *verde-choque* [entendimento 2], da gama de cores clássicas dos algodões da Benetton, a cor da nova T-Shirt do João Pedro.

Penso: “A árvore de Natal é verde” seria uma frase falsa em Ctx1.

(E posso proferir ED’, sabendo que lhe corresponde pelo menos uma elocução verdadeira).

Em [CA] (i.e., o *contexto deste capítulo* deste ensaio), a frase “A árvore de Natal é verde” foi *usada e mencionada* – criámos, portanto, uma versão Forte do AMC para uma expressão *e* fora do CB (no exemplo testado, o predicado “_ é verde”) e, com a explicitação de *dois entendimentos diferentes* para o predicado, podemos obter uma elocução verdadeira de ED’, já que [E1] é verdadeira por causa do [entendimento 1],

³³ Isto é, ED’ é proferida ou elaborada num *contexto específico* – no contexto deste capítulo deste ensaio –, o *Contexto Argumentativo* [CA] em que o AMC é proposto e o teste da DIUM é aplicado. Em CA, a expressão *e* – o predicado “_ é verde” – é *usada e é mencionado* um outro uso de *e*, num contexto alvo, em que o respectivo valor semântico diverge do valor semântico de *e* na frase F do CA. Esta é uma versão *forte*, tal como solicitada pelo Minimalista Semântico, do AMC – aplicado, pelo teste da DIUM, a uma expressão fora do CB.

mas é possível conceber uma elocução falsa de “A árvore de Natal é verde” dado, por exemplo, o [entendimento 2] e *usar* [E1] – com o *entendimento 1* para o predicado “_ é verde” – no CA, ao mesmo tempo que *menciono, também no CA*, uma elocução falsa de [E1], no Ctx1, com o *entendimento 2* para o predicado “_ é verde”.

5. PROPOSIÇÕES MÍNIMAS OU OCASIÕES DE ELOCUÇÃO?

Insensitive Semantics está estrategicamente dividido em três partes. Na Parte I são tipificados alguns argumentos recorrentes do Contextualismo na Filosofia da Linguagem (os autores insistem sobretudo em dois: o Argumento da Incompletude e o Argumento da Mudança de Contexto); o próprio Contextualismo é classificado em “Moderado” e “Radical” – o primeiro tipo de abordagem é considerado “inconsistente” e as suas posições colapsam no *Contextualismo Radical*, a única posição teórica que Cappelen e Lepore reservam para análise e refutação. Na Parte II são descritos e aplicados os testes de verificação do valor semântico de algumas expressões, supostamente variável com os respectivos contextos de elocução. A Parte III do livro, além da apresentação da própria posição teórica do Minimalismo Semântico e de uma discussão sobre o *Speech Act Pluralism*, tem um curioso capítulo sobre as relações – não esclarecidas – entre *Semântica* e *Metafísica*. O principal alcance dessa discussão – na qual, segundo alegam os autores, não se queriam embrenhar, não fossem as esperadas objeções dos próprios contextualistas – é, para C&L, separar os âmbitos de investigação e, sobretudo, não imiscuir argumentos e refutações de um noutro âmbito de proveniência. *Ou seja, que não se responda a um argumento semântico com uma objeção de tipo metafísico* [SvsM] ou a vice-versa.

Ora bem, aquilo que defenderemos é que são eles próprios, C&L, os primeiros a fazê-lo. A base de justificação do nosso argumento é, por um lado, uma ideia com ressonâncias wittgensteinianas, como a que foi defendida em 1. e, por outro, a *inconsistência* que se denuncia entre SvsM e o próprio MS.

A ideia nuclear do MS é caracterizada por C&L de forma bastante linear e a-crítica. O conteúdo semântico de qualquer frase F é a *Proposição Mínima* que todas as elocuições de F partilham, independentemente dos respectivos contextos locutórios. Além desta caracterização descritiva, C&L defendem que o conteúdo semântico correspondente à proposição mínima expressa por todas as elocuições de uma frase F é o único (conteúdo) que qualquer falante que desconheça o contexto locutório de F pode reportar em qualquer outro contexto.

Por exemplo, tomando de empréstimo a frase do nosso último teste semântico, [F1], “A árvore de Natal é verde”, haveria uma proposição mínima que, de acordo com o MS, seria *expressa por todas as elocuições de* [F1], independentemente das peculiaridades de cada elocução, de diferentes entendimentos para o predicado “_ é verde” ou diferentes contextos descritos; nomeadamente, a proposição *A árvore de Natal é verde*. Para o MS, [F1] expressa a proposição *que a árvore de Natal é verde* e é verdadeira sse a árvore de Natal for verde. Aí termina o *contributo semântico* de [F1] e o problema da sensibilidade contextual de termos fora do CB, com a adscrição da proposição mínima a toda e qualquer frase F. (O pedido de especificação quanto a entendimentos para o predicado “_ é verde” ou de contextos variáveis de elocução de [F1] que, de acordo com as intuições linguísticas de falantes competentes, façam variar o respectivo valor semântico seriam, para o MS, no primeiro dos casos, uma questão de Metafísica; no

segundo, de Pragmática. À primeira, alegam, deveria estar interdito o acesso a uma discussão de problemas de filosofia da linguagem³⁴).

Ora, o que é que é uma *Proposição Mínima*? Se a única resposta passível de ser dada pelo MS, em condições abstractas, for algo como: “A proposição expressa por *todas as elocuições* de F, independentemente dos contextos em que F é proferida”, então, podemos questionar o próprio MS: que entidade abstracta é tal que *é comum a todos os contextos de elocução de F*? Qual é o seu estatuto?, onde figura, em termos conceptuais?, é uma entidade linguística? Se é uma entidade linguística, o que é que acrescenta à frase que a expressa?³⁵

Por fim: em que é que o postulado das *Proposições Mínimas* difere de uma exigência *de tipo metafísico* – ao começar por uma entidade, cujo estatuto é dúbio (mas que dificilmente será creditada como *entidade linguística*, ou dar-se-ia uma *assimilação entre proposições, frases e elocuições de frases*, sem contradição com o próprio MS, já que uma mesma instância significativa, *comum* a uma frase e todas as correspondentes elocuições, se tivesse estatuto linguístico, como aquelas, poderia bem substituí-las, sem prejuízo³⁶ semântico e com encomomia de meios), mas que é um requisito da própria teoria, i.e., do MS – como a que C&L imputam à especificação de diferentes entendimentos para um predicado como “_é verde” em [F1]?

O MS, na medida em que quer uma correcta disposição dos argumentos semânticos no espaço lógico, argumenta – contra o defensor da sensibilidade contextual dos predicados de cor, ou de outros como “_ dança”, “_ teve bastante”, etc. (*bref*, contra qualquer objector da viabilidade das *Proposições Mínimas*) – que a defesa da *sensibilidade contextual* daquelas expressões não conduz à descoberta da suposta essência ou traço fundamental entre todas as acções ou objectos descritos pelos predicados supra-mencionados³⁷ e, portanto, não minimiza a incidência das questões de tipo metafísico (como: O que é que todos os actos de *dançar* têm em comum?).

³⁴ “To respond to the Metaphysical Objection we first have to outline how we see the division of labor in philosophy, in particular, how we see the relationship between metaphysics and philosophy of language. The Metaphysical Objection is exactly that: it’s metaphysical. It is a “worry” that remains no matter how we opt to do semantics. [...] metaphysicians have been asking *What-do-they-have-in-common-Questions* [...]: What do all G things have in common? [...] Notice that none of these questions are *about* language. They are non-linguistic questions. [...] In particular, these problems arise no matter what views you hold about linguistic context sensitivity”. CAPPELEN E LEPORE, *Insensitive Semantics*, 159.

³⁵ Vide **1**.

³⁶ Bem se vê como este argumento é uma *reductio* e, se retomarmos o egenho da concepção wittgensteiniana de *Proposições* como *Sombras*, apresentada no ponto **1**., constatamos que acontece quase o inverso. Ou seja, justamente, porque as *proposições* – e também as *Proposições Mínimas* – *não são entidades linguísticas* mas, uma vez postuladas, teriam uma primazia *metafísica* sobre aquelas, seriam as expressões linguísticas a soçobrar e não as *proposições*. A suposta primazia metafísica das *proposições* advir-lhes-ia de uma *dupla função* (que nenhuma expressão linguística teria): constituiriam, por um lado, a caracterização abstracta ou o *pensamento* da expressão (ou expressões) que as representa; por outro, seriam uma forma de ligação intransitiva com os factos (a existirem) verificados pela própria *proposição*.

³⁷ O que, do nosso ponto de vista, apenas confirma a pertinência *linguística* (e não apenas “metafísica”) da questão dos *entendimentos* ou determinação de *contextos* exigida por ocasionalistas e contextualistas.

Segundo podemos entender, este argumento funciona, para o MS, como apelo a uma navalha ocamista em favor das Proposições Mínimas. Isto é: se, por serem aduzidos entendimentos à proposição de que *B é verde* não se responde, nem à questão metafísica fundamental *tout court* (*o que é que todos os objectos verdes têm em comum que os torna verdes?*) nem se extrai desta um contributo para a especificação do conteúdo proposicional de elocuições de “B é verde”³⁸, então aquilo que funciona em semântica – isto é, a única entidade a que se pode atribuir um valor de verdade é a proposição mínima de que *B é verde*.

O problema está em que o argumento *ocasionalista* de Travis ou mesmo um argumento de tipo *contextualista* trabalha sobre aquele pressuposto como *reductio*: não é que a proposição (mínima) *B é verde* necessite de entendimentos que especifiquem a acepção em que o predicado é usado numa elocução ou uma maneira particular de algo-ser-verde para que um uso linguístico de “B é verde” possa identificar uma proposição completa (no primeiro caso); ou que apenas a identificação de variações em *contextos* de elocução de “B é verde” – sem que exista nenhum elemento sintático com sensibilidade contextual na frase que explique o fenómeno – possam alterar o conteúdo vero-condicional ou a proposição “localmente expressa” por uma elocução de “B é verde”, mantendo porém intacta a Proposição Mínima (no segundo caso).

Em ambas as propostas, o que é defendido é que este tipo de entidade soçobra (TRAVIS, 2006, 49/TRAVIS, 2008, 160: «Suppose we ever did, in saying, ‘Pia dances’, say what was true just in case Pia dances on never mind what understanding of so engaging. So to speak would be to speak on a very unusual understanding of being a dancer. The rule was: *do not assign English expressions properties they do not have. Minimal propositions lead nowhere*»).

A proposta que tem ecos mais claramente wittgensteinianos – o *ocasionalismo* – assume também a mais conseqüente postura *anti-metafísica*, porquanto, ao pensar a relação entre o *significado* das expressões numa língua natural e os diferentes contextos (ou *ocasiões*) de elocução, desfaz a ilusão de que exista qualquer tipo de conteúdo semântico abstraível de uma ocasião de elocução, na medida em que apenas *em uso* é que palavras e conceitos têm condições particulares de aplicação.

Portanto, para o *ocasionalista* e para o *contextualista*, que C&L assimilaram ao CR, os predicados não têm de ter um conjunto de condições de satisfação ou uma extensão determinada; um método “ficcional” de descrição de elocuições de frases de uma língua natural nos respectivos *contextos de elocução* é o argumento-base sistematicamente utilizado para provar *a inviabilidade de uma semântica vero-condicional* para uma língua natural como o português e é-nos dito que o *contexto* de elocução das frases pode influir directamente no respectivo conteúdo semântico, sem passar pela análise da estrutura sintática das frases (ao contrário do que defendem *indexicalistas* como Stanley, Hawthorne ou Szàbo, por exemplo).

³⁸ Na medida em que para cada nova especificação ou entendimento do que é “(algo) contar como verde”, em tal ou tal acepção ou em elocuições particulares, continuará a haver necessidade de explicação do próprio entendimento ou de um entendimento em função de uma elocução, *ad infinitum*. O próprio Travis o reconhece e, por isso, nunca defende que os entendimentos determinem a formação de compostos proposicionais – apenas decidem o valor e conteúdo semântico de elocuições de frases em *ocasiões* particulares.

Quanto à *postulação de uma Proposição* – mínima, fragmentária ou completa – (*Sombra* da expressão linguística correspondente, conforme **1.**) – correspondente ao conteúdo não-sensível ao contexto de qualquer elocução de uma frase ou forma de representação, não constituirá, sobretudo para um ocasionalista, mais do que uma forma de “*pressupor um meio intermédio puro entre o sinal proposicional e os factos. Ou até uma tendência para querer purificar, sublimar o próprio sinal proposicional*”³⁹.

Esse “meio intermédio” entre o sinal proposicional e o facto – a proposição – é *sublimado* a partir de uma expressão linguística *e*, fixando o significado daquela numa entidade representativa não susceptível a entendimentos: mais um ensaio metafísico que, estranhamente, Cappelen e Lepore não recusam, de identificar a característica fundamental de *todas as elocuições* de *e*.

Ana Cristina Serralheiro Falcato
Instituto de Filosofia da Linguagem
Universidade Nova de Lisboa/FCSH

Bibliografia

- BORG, E. (2008), “Meaning and Context: a survey of a contemporary debate”. D.Whiting (Ed.), *The Later Wittgenstein on Language*, (forthcoming).
- CAPPELEN, H. e LEPORE, E. (2005), *Insensitive Semantics* (Oxford: Basil Blackwell).
- DEUTSCH, H. “Demonstratives and Indexicals”. In *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, General Editor: Edward Craig.
- FREGE, G. (1892), “Über Begriff und Gegenstand”, *Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie*, nº 16, 192-205; trad. Cast. de Ulises Moulines, «Sobre Concepto y Objeto ». In *Estudios sobre Semantica*, Barcelona, 1971, Ediciones Orbis.
- KAPLAN, D. (1989) “Demonstratives”, in *Themes from Kaplan*, ed. J.Almog, J.Perry, H.K.Wettstein. Oxford, Oxford University Press.
- TRAVIS, C. (2000), *Unshadowed Thought*. (Cambridge, MA: Harvard University Press).
- _____ (2006) “Insensitive Semantics” (Critical notice of H.Cappelen and E.Lepore, *Insensitive Semantics*). *Mind and Language*, v. 21, n.1, Fevereiro de 2006, 39-49.
- _____ (2008) *Occasion Sensitivity*. Oxford: Oxford University Press.
- RÉCANATI, F. (1994), “Contextualism and Anti-Contextualism in the Philosophy of Language”, in S. L. Tsohatzidis (ed.), *Foundations of speech act theory*, Routledge, London, pp. 156-166.
- WITTGENSTEIN, L. (1963), *Philosophische Untersuchungen. Schriften von Ludwig Wittgenstein*, Bd.I, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag.

³⁹ L. WITTGENSTEIN, PU §94.